

## **OSC defendem que autoridades judiciais devem responsabilizar autores de crimes eleitorais**

04 de Dezembro de 2018

**Organizações da Sociedade Civil (OSC) defenderam ontem que as autoridades judiciais moçambicanas devem responsabilizar criminalmente os autores de ilícitos eleitorais cometidos durante as eleições autárquicas do dia 10 de Outubro**

“O Votar Moçambique apela aos órgãos competentes, nomeadamente os órgãos eleitorais, Polícia, Ministério Público, tribunais, e outras entidades a tramitarem até ao final todos os casos de ilícitos eleitorais”, disse Borges Nhamire, do Centro de Integridade Pública (CIP), organização da sociedade civil que integrou a plataforma de observação eleitoral “Votar Moçambique”.

Nhamire falava em conferência de imprensa em Maputo sobre a “ocorrência cíclica e impune de irregularidades e ilícitos eleitorais”.

A fonte, que é investigador no CIP, assinalou que as autoridades moçambicanas devem ser intolerantes face a “atitudes desviantes” que ocorrem durante os processos eleitorais, como forma de assegurar dignidade, justiça e transparência nas eleições.

As eleições no país têm sido “ciclicamente fontes de discórdias e que mantêm os conflitos latentes”, declarou Borges Nhamire.

A plataforma “Votar Moçambique” é composta por seis organizações da sociedade civil moçambicana, nomeadamente o CIP, Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), Fórum das Rádios Comunitárias (Forcom), Fundação MASC, WLSA e Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil (CESC).

A Frelimo venceu as eleições autárquicas de 10 de Outubro em 44 dos 53 municípios do país, e a Resistência Nacional Moçambicana (Renamo), principal partido da oposição, ganhou em oito.

O MDM ganhou em apenas uma autarquia.

Grupos de observadores eleitorais consideraram que as eleições foram marcadas por irregularidades.

**Jornal Diário do País, Lusa, Ano 11- Edição nº 2818**